

COMPRA REGULAMENTO FFM 3530/2026
PROCESSO DE COMPRA FFM RS Nº 2282/2026
CNPJ Nº 56.577.059/0006-06 / 56.577.059/0012-54 / 56.577.059/0014-16
CG: 88.710, 88.711 e 88.712

São Paulo, 24 de junho de 2026

A Fundação Faculdade de Medicina - FFM, entidade de direito privado sem fins lucrativos, por meio do Departamento de Contratos e Compras do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo – ICESP, sediado na Av. Dr. Arnaldo, 251, 6º andar, São Paulo/SP, CEP 01246-000, torna público que realizará processo de contratação, na modalidade **CONTRATAÇÃO DIRETA**, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **"MANUTENÇÃO DE NOBREAKS, ESTABILIZADORES E RETIFICADORES"**, conforme previsto no **Memorial Descritivo (Anexo I)**.

O processo de contratação será regido pelo Regulamento de Compras e Contratações da Fundação Faculdade de Medicina – FFM, disponível no site da FFM ([https://www.ffm.br/ffm/conteudo/Transparencia/arquivos/Regulamento Compras.pdf](https://www.ffm.br/ffm/conteudo/Transparencia/arquivos/Regulamento_Compras.pdf)).

1. OBJETO

1.1. Prestação de serviços de MANUTENÇÃO DE NOBREAKS, ESTABILIZADORES E RETIFICADORES".

1.1.1. Instituto contratante: Instituto do Câncer do Estado de São Paulo.

Local de prestação dos serviços:

Av. Dr. Arnaldo, 251, São Paulo/SP, CEP: 01246-000;

Rua Benedito Américo de Oliveira, 122 Vila Yara, CEP: 06028-080;

Rua Galeno de Almeida, 148, Pinheiros, CEP: 05410-030.

1.2. Condições da contratação

1.2.1. Início da execução dos serviços: Assinatura do contrato;

1.2.2. Prazo de execução: 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do termo de contrato;

1.2.3. Condição de pagamento: pagamentos efetuados em até 60 (sessenta) dias do recebimento da Nota Fiscal/Fatura;

1.2.4. Reajuste: após 12 (doze) meses da data de assinatura do contrato, considerando a variação do índice de reajustamento de preços IPC-FIPE;

1.2.5. Nota fiscal: A FFM é isenta do ICMS para o Estado de São Paulo. Todas as notas fiscais emitidas deverão atender o disposto no Decreto Estadual nº 57.850/2012, amparado pelo Convênio ICMS nº 120/2011.

2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do processo todos os interessados com qualificação comprovada para execução do objeto da contratação, bem como com cadastro de Classificação Nacional de Atividade Econômica – CNAE compatível com o objeto da presente contratação.

2.2. É **vedada a participação de empresas** que tenham:

- 2.2.1.** entre seus sócios, agentes políticos, membros do Ministério Público na ativa ou dirigente de órgão ou entidade da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o terceiro grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;
- 2.2.2.** entre seus sócios, ocupantes de cargo em comissão no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP), bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o terceiro grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;
- 2.2.3.** entre seus sócios, cônjuges, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, dos Dirigentes da FFM.
- 2.2.4.** entre seus sócios ou empregados, funcionário com vínculo ativo na Fundação Faculdade de Medicina (FFM) e/ou com o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP);
- 2.2.5.** entre seus sócios, funcionário desligado na Fundação Faculdade de Medicina nos últimos 18 (dezoito) meses anteriores à contratação que pretende seja efetivada (artigo 5º-C da Lei 6.019/74);
- 2.2.6.** sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão ou impedimento do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

3. VISITA TÉCNICA

3.1. Os interessados em participar desta contratação poderão agendar visita técnica com os responsáveis, no ICESP, telefone: [3893-4706](tel:3893-4706) ou [3893-3514](tel:3893-3514) ou por e-mail [RAUL BARBOSA RODRIGUES raul.barbosa@hc.fm.usp.br](mailto:raul.barbosa@hc.fm.usp.br) / [ALEXANDRE YOSHIHARU NAKATA alexandre.nakata@hc.fm.usp.br](mailto:alexandre.nakata@hc.fm.usp.br). O prazo para a realização da visita prévia se encerrará no dia útil imediatamente anterior à data final fixada para entrega da proposta prevista neste Edital.

3.2. Os representantes das empresas deverão comparecer no local indicado, portando Declaração de Visita Técnica (conforme modelo do **Anexo V**) para assinatura, em 2 (duas) vias, devidamente preenchidas, e documento de identificação.

3.3. Se a Proponente comparecer na visita técnica, o atestado assinado deve vir anexo à proposta.

3.4. Caso a Proponente considere não ser necessário participar da visita técnica, deverá apresentar a declaração de que possui pleno conhecimento do objeto da contratação e optou por não realizar a referida visita, conforme **Anexo VI**.

4. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

4.1. Até a data final marcada para a entrega das propostas, a Proponente deverá apresentar, em conjunto com sua proposta, a seguinte documentação de habilitação:

4.1.1. Habilitação Jurídica

- a)** Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, para as sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos administradores.

4.1.2. Habilitação Fiscal e Trabalhista

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b)** Declaração de regularidade fiscal e trabalhista, e inexistência de fatos impeditivos (conforme modelo constante no **Anexo III**), assinada pelo representante legal da Proponente, com poderes de representação devidamente comprovado.
 - i.** Fica dispensada de apresentar a declaração prevista acima, a proponente que já tenha encaminhado a mesma declaração em processo anterior e esteja com validade vigente.

4.1.3. Habilitação Técnica

- a)** Comprovação de aptidão de bom desempenho anterior de atividade pertinente e compatível com o objeto, por meio da apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, especificando a natureza, a quantidade executada, o prazo contratual com datas de início e término, local da prestação dos serviços, caracterização do bom desempenho do proponente e outros dados característicos, com a identificação da pessoa jurídica emitente bem como o nome e o cargo do signatário. Serão considerados compatíveis com o objeto desta contratação o atestado comprobatório de execução, pela proponente, de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do quantitativo global, conforme o presente objeto;
- b)** Apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica válida junto ao conselho profissional competente, compatível com a natureza dos serviços a serem contratados.
- c) Formulário de Práticas Sustentáveis – Compromisso com a Sustentabilidade** (conforme modelo constante no **Anexo VII**)

4.2. A documentação deverá estar válida na data de sua entrega, e poderá ser apresentada por emissão via Internet ou através de fotocópias.

4.3. Caso a empresa possua mais de uma unidade, toda a documentação (proposta, CNPJ, e demais documentos solicitados) deve, obrigatoriamente, ser da unidade que irá prestar o serviço.

5. PROPOSTA

5.1. Até a data final marcada para entrega das propostas, a Proponente deverá apresentar, junto com a documentação de habilitação, sua carta-proposta em papel timbrado, nominal à Fundação Faculdade de Medicina, assinada pelo representante legal da empresa, devidamente identificado, contendo:

- a) Descrição do serviço, demonstrando sua adequação com os requisitos do Memorial Descritivo;
- b) Razão social completa;
- c) CNPJ, Inscrição Estadual e Municipal;
- d) Preço proposto, na forma do **Anexo II – Modelo de Proposta de Preço**, indicando o preço mensal global para a execução do objeto, em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso.

5.2. Nos preços propostos, deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados ao fornecimento do objeto da presente compra, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto, inclusive gastos com transporte.

6. ENTREGA DOS DOCUMENTOS

6.1. Os documentos de habilitação e a proposta deverão ser entregues até o dia **02/07/2026**, até as 17:00 horas, obedecendo um dos seguintes critérios:

- a) Por meio eletrônico, em arquivo PDF, através dos e-mails ana.ribeiro@icesp.org.br / joao.gianso@icesp.org.br , com as seguintes indicações:

ASSUNTO: 3530/2026 Compra Regulamento FFM

ou

- b) Em envelope único e lacrado, com as seguintes indicações:

**FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA
AV. DR. ARNALDO, 251– CERQUEIRA CÉSAR - SÃO PAULO – SP - CEP 01246-000
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
“CONFIDENCIAL - 3530/2026 Compra Regulamento FFM”**

6.2. Os envelopes somente poderão ser entregues no horário comercial (8h às 17h).

6.3. Os documentos enviados por meio eletrônico serão considerados entregues somente após a confirmação de recebimento por meio de resposta eletrônica via e-mail.

7. AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. Critério de classificação das Propostas: As Propostas recebidas serão classificadas conforme o menor preço, assim considerado o menor valor global, em reais, de acordo com o constante na proposta comercial.

7.2. Negociação: A FFM se permite efetuar negociação financeira com o primeiro colocado.

7.3. Pode ainda, caso seja verificada condição de maior vantajosidade, efetuar negociação financeira com todos os proponentes, por meio de um dos seguintes procedimentos:

- a) Enviar circular às empresas classificadas, por e-mail, para que caso haja interesse em melhorar e definir o preço final, por meio da apresentação de novas propostas dentro do prazo estipulado, sendo que na omissão, suas propostas ficarão vinculadas aos valores inicialmente ofertados; ou
- b) Enviar circular às empresas classificadas, convidando-as a participar de negociação presencial ou virtual.

7.3.1. Após a negociação, as Proponentes deverão rever as planilhas de custos unitários, se houver.

7.4. Após a negociação, caso ocorra, as Propostas serão classificadas conforme o critério de seleção.

7.4.1. Havendo empate no preço entre 2 (duas) ou mais proponentes, a FFM poderá optar por realizar nova etapa de negociação ou proceder, de imediato, ao desempate por menor prazo de entrega, maior prazo de pagamento, permanecendo o empate, sorteio.

8. PROCESSAMENTO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Definida a classificação das propostas, será feita análise da documentação de habilitação e conformidade técnica da empresa classificada em primeiro lugar.

8.1.1. Na análise de habilitação e conformidade técnica, os representantes da Fundação Faculdade de Medicina (FFM) ou da área requisitante poderão, a seu critério, solicitar esclarecimento técnico e/ou ajuste à Proponente, os quais deverão ser providenciadas no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar da data da solicitação.

8.1.2. Se solicitadas amostras, catálogos técnicos ou documentos probatórios que demonstrem a capacidade da proponente na execução do objeto, estes deverão ser disponibilizadas no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis para validação da equipe técnica, sob pena de desclassificação.

8.2. Caso a empresa que ofertou a melhor proposta seja inabilitada, a FFM publicará a decisão e, após prazo recursal, será feita a análise da habilitação da segunda empresa melhor classificada, e assim sucessivamente.

8.3. Após a aprovação da documentação de habilitação e técnica, o CNPJ da empresa ganhadora será consultado, nos seguintes sites:

- a) Portal da Transparência do Governo Federal;
- b) Portal da Transparência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP;
- c) Cadin Estadual.

8.3.1. Caso seja constatada alguma irregularidade e/ou restrição nos sites acima informados, será avaliado se específica ou ampla, para determinação ou não da continuidade da empresa no processo.

8.4. A adjudicação do objeto será informada no site do ICESP e jornal de grande circulação.

8.5. Após o prazo de recurso previsto no Regulamento de Compras e Contratações, será emitido o pedido de compra pela FFM.

9. CONTRATAÇÃO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato e/ou encaminhada a ordem de compra.

9.2. A apresentação de Proposta implica o conhecimento e a aceitação de todos os termos e condições do presente Edital e seus anexos pela Proponente.

9.3. A futura contratada responsabilizar-se-á pela execução integral do objeto contratado, não podendo, sem prévia e expressa autorização da FFM, subcontratar, ceder ou transferir, parcial ou totalmente, o objeto deste ajuste.

9.4. A Minuta de Contrato encontra-se anexada a este Edital (**Anexo IV**), e as empresas participantes do processo concordam plenamente com as disposições contidas no instrumento.

9.5. A Adjudicatária, por seu representante legal, deverá assinar o instrumento contratual no prazo máximo e improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir do envio da notificação eletrônica pela Fundação Faculdade de Medicina.

9.6. A notificação a que se refere o item anterior será realizada por meio de plataforma eletrônica de assinatura (como DocuSign, Adobe Sign ou similar) ou por e-mail, encaminhada para o endereço eletrônico informado pela Adjudicatária em sua proposta. A efetiva notificação será comprovada pelo registro de envio da mensagem ou pelo aviso de recebimento da plataforma de assinatura.

9.7. O descumprimento do prazo estipulado neste edital, salvo motivo de força maior devidamente comprovado e aceito pela FFM, implicará na recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o contrato.

9.8. A recusa injustificada em assinar o instrumento contratual, no prazo estabelecido, sujeitará a Adjudicatária às sanções administrativas previstas no Regulamento de Compras da FFM, em especial as dispostas no Artigo 63 e seguintes, sem prejuízo da possibilidade de

convocação dos demais concorrentes para a celebração do contrato, obedecida a ordem de classificação.

10. DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E FISCAIS

10.1. A PROPONENTE vencedora se compromete, por si e por seus prepostos, a manter-se em plena regularidade com o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e tributárias, federais, estaduais e municipais, durante toda a vigência do presente contrato, respondendo, em qualquer tempo, por qualquer infração ou dano que venha a causar à CONTRATANTE por descumprimento de quaisquer das referidas obrigações.

10.2. Em caso de constatação de qualquer inadimplemento por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE se resguarda o direito de adotar as seguintes medidas, sem prejuízo da aplicação de sanções legais e contratuais cabíveis:

- I. Condicionar a efetivação de quaisquer pagamentos devidos à CONTRATADA à apresentação de comprovação inequívoca da quitação integral das referidas obrigações.
- II. Retenção de valores devidos à CONTRATADA para a cobertura de encargos trabalhistas e previdenciários comprovadamente inadimplidos.
- III. Efetuar o pagamento direto das verbas devidas aos credores, com a subsequente dedução dos respectivos montantes dos créditos da CONTRATADA.
- IV. Aplicar as penalidades e sanções cabíveis, nos termos da legislação vigente e das disposições contratuais.

11. SANÇÕES

11.1. No caso de descumprimento contratual, por ação ou omissão, estará a empresa sujeita às seguintes penalidades previstas no Regulamento de Compras e Contratações, de forma isolada ou cumulativamente:

- a) advertência;
- b) multa correspondente até 30% (trinta por cento) do valor do contrato, escalonada de acordo com a gravidade da infração e nível de reiteração da conduta, observado o prévio contraditório; e
- c) suspensão temporária de participar em processos de contratação da FFM, por prazo de 1 (um) a 3 (três) anos.

11.2. Além das sanções, a FFM poderá rescindir o contrato.

11.3. A recusa na assinatura do Contrato, após sua convocação, ensejará a cobrança de multa de 20% (vinte por cento) do valor total da proposta de preço apresentada, sem prejuízo da cobrança de indenização por danos que a FFM venha a incorrer em função da demora.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de proponentes, à anulação ou revogação da contratação, observará o disposto no art. 46 do Regulamento de Compras e Contratações da FFM.

12.2. O prazo recursal é de 2 (dois) dias úteis, contados da data de sua publicação no site do ICESP.

12.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.4. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais proponentes será de 2 (dois) dias úteis, contados da data da divulgação da interposição do recurso.

12.5. Será assegurada aos proponentes a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.6. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, ou por quem estiver delegado.

12.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o processo de contratação por irregularidade ou falha na aplicação do Regulamento de Compras e Contratações, devendo protocolar o pedido em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a entrega das propostas.

13.2. Para solicitar esclarecimentos referente a essa contratação, as proponentes interessadas deverão encaminhar seus questionamentos até 3 (três) dias úteis anteriores a data prevista para entrega da proposta, para os seguintes e-mails: ana.ribeiro@icesp.org.br / joao.gianso@icesp.org.br.

13.3. As respostas serão disponibilizadas no site do ICESP (<https://www.icesp.org.br/editais>).

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A FFM reserva-se o direito de cancelar ou revogar o presente processo, por razões de interesse institucional.

14.2. A FFM poderá relevar omissões puramente formais.

14.3. A FFM poderá promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou solicitar informações complementares, as quais deverão ser providenciadas no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar da data da solicitação.

14.4. Os interessados devem ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste Edital e seus anexos, bem como de todas as condições gerais e peculiares do objeto a ser contratado,

não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento do Contrato.

14.5. Os proponentes são responsáveis pela veracidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase deste processo de compra, sujeitando-se às sanções previstas nas legislações civil, administrativa e penal.

14.6. O proponente arcará com todos os custos relacionados à preparação e apresentação de sua documentação e proposta.

14.7. A FFM não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por custos realizados para apresentação das propostas ou pela apresentação de documentação pelos proponentes, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos neste processo de compra ou os resultados deste.

14.8. Os prazos estabelecidos em dias, neste Edital e seus anexos, contar-se-ão em dias corridos, salvo se expressamente feita referência a dias úteis, devendo-se excluir o primeiro dia e incluir o último.

14.9. Salvo disposição em contrário, só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da FFM, prorrogando-se o termo inicial e o final para o primeiro dia útil subsequente, nos casos em que a data de início ou de vencimento do prazo coincidir com dia em que não houver expediente.

Ana Carolina da Silva Ribeiro

Ana Carolina da Silva Ribeiro
COMPRADORA

João Luiz Gianso

João Luiz Gianso
Coordenador de Contratos
DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E COMPRAS

ANEXO I
MEMORIAL DESCRITIVO
COMPRA REGULAMENTO FFM 3530/2026
PROCESSO DE COMPRA FFM RS Nº 2282/2026

Especificação Técnica

(Características Mínimas)

Objeto:	ET_ENG.PRED_17.26 - Manutenção Nobreaks.docx		
Área:	Engenharia Predial - DECI		

1. Descrição

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva trimestral, manutenção corretiva, atendimento emergencial e suporte técnico em sistemas de alimentação ininterrupta de energia, estabilizadores e retificadores instalados nas unidades do ICESP, Unidade Ambulatorial de Osasco e ITACI, contemplando mão de obra especializada, ferramental, instrumentos, medições, ensaios operacionais, relatórios técnicos, rastreabilidade das intervenções e recomposição funcional dos equipamentos abrangidos por esta especificação.

2. Justificativa

A contratação é necessária para assegurar a confiabilidade operacional, a continuidade de alimentação das cargas críticas, a estabilidade dos sistemas atendidos e a redução do risco de falhas em nobreaks, estabilizadores, retificadores e bancos de baterias associados, em ambiente hospitalar e assistencial, com necessidade de atendimento técnico especializado, rotina periódica de inspeção e atuação emergencial em regime de plantão.

3. CONDIÇÕES GERAIS

A CONTRATADA deverá atender integralmente à legislação vigente, às normas técnicas aplicáveis, às recomendações dos fabricantes, às boas práticas de engenharia, às diretrizes de segurança do trabalho e aos procedimentos internos da CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá possuir pleno conhecimento das instalações, dos diagramas elétricos, dos modos de operação, dos sistemas de transferência, dos bancos de baterias, dos retificadores, dos estabilizadores, das interfaces de monitoração e das características operacionais dos equipamentos abrangidos.

Toda intervenção com potencial de impacto às cargas atendidas deverá ser previamente programada e autorizada pela CONTRATANTE.

As intervenções deverão ser executadas por profissionais legalmente habilitados e tecnicamente capacitados para atuação em equipamentos eletrônicos de potência, sistemas de corrente contínua, bancos de baterias e sistemas de alimentação ininterrupta.

Os serviços programados que impliquem desligamento, teste com transferência, operação em bateria, simulação de falta de rede ou qualquer outra condição com potencial de impacto operacional deverão ocorrer em janela previamente aprovada pela CONTRATANTE.

Não será permitida alteração de parametrização, lógica de operação, firmware, setpoint, calibração ou configuração dos equipamentos sem autorização formal da CONTRATANTE.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. A PROPONENTE deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando execução de serviços compatíveis com o objeto desta especificação, envolvendo manutenção preventiva e corretiva de nobreaks, estabilizadores, retificadores e bancos de baterias.

4.2. A PROPONENTE deverá apresentar registro da empresa junto ao conselho profissional competente, bem como a regularidade do responsável técnico.

4.3. A PROPONENTE deverá comprovar experiência em manutenção de equipamentos instalados em áreas críticas, tais como hospitais, centros de processamento de dados, laboratórios, bancos ou instalações industriais.

4.4. A PROPONENTE deverá comprovar que possui ferramental, instrumentos, interfaces e recursos técnicos necessários à execução de diagnósticos, medições elétricas, testes funcionais, análise de alarmes, avaliação de bancos de baterias e emissão de relatórios técnicos.

4.5. A PROPONENTE deverá comprovar a existência de plantão técnico 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, com canais formais de acionamento e capacidade de mobilização compatível com os prazos contratuais.

5. OBJETO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E BASE DA PROPOSTA

Constitui objeto da presente contratação a prestação de serviços especializados de manutenção preventiva trimestral, manutenção corretiva e atendimento emergencial dos nobreaks, estabilizadores, retificadores e bancos de baterias vinculados aos equipamentos descritos nesta especificação.

A proposta deverá contemplar integralmente a mão de obra técnica, supervisão, plantão 24 horas, deslocamentos, ferramental, instrumentos, ensaios, medições, registros, relatórios técnicos e demais recursos necessários à execução completa dos serviços.

6. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. ICESP Matriz

Av. Dr. Arnaldo, 251, Cerqueira César, São Paulo – SP, CEP 01246-000.

6.2. Unidade Ambulatorial de Osasco

Rua Benedito Américo de Oliveira, 122, Vila Yara, Osasco – SP, CEP 06028-080.

6.3. ITACI – Instituto de Tratamento do Câncer Infantil

Rua Galeno de Almeida, 148, Pinheiros, São Paulo – SP, CEP 05410-030.

7. RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

A proposta deverá contemplar, no mínimo, os seguintes equipamentos

Nº	Equipamento	Fabricante	Potência	Série	Unidade	Local
1	No-break	Delta	10 KVA	AIH16700854WL	Icesp	Sala Emergência CAIO
2	No-break	CM Comandos	10 KVA	79773	Icesp	Sala 32 - 4º Subsolo
3	No-break	CM Comandos	30 KVA	127133	Icesp	3º Subsolo - Porta 61
4	Estabilizador	CM Comandos	100 KVA	59365	Icesp	Tomografia - 1º Andar
5	Estabilizador	CM Comandos	100 KVA	59363	Icesp	Tomografia - 1º Andar
6	Estabilizador	ZAEL	130 KVA	1473	Icesp	14º Andar - Centro Cirurgico
7	Estabilizador	CM Comandos	112,50 KVA	51475	Icesp	4º Subsolo - Sala 23
8	No-break	CM Comandos	5 KVA	188258	Icesp	14º Andar - Centro Cirurgico
9	Estabilizador	CM Comandos	225 KVA	59366	Icesp	Tomografia - 1º Andar
10	Estabilizador	CM Comandos	40 KVA	60826	Icesp	4º Subsolo - AL 3 - Porta 5
11	Estabilizador	CM Comandos	40 KVA	60888	Icesp	4º Subsolo - AL 4
12	Estabilizador	CM Comandos	40 KVA	60796	Icesp	4º Subsolo - AL 2
13	Estabilizador	CM Comandos	40 KVA	60825	Icesp	4º Subsolo - AL 5
14	Estabilizador	CM Comandos	40 KVA	60797	Icesp	4º Subsolo - AL 1
15	Estabilizador	CM Comandos	40 KVA	60889	Icesp	4º Subsolo - AL 6
16	No-break	Liebert	20 KVA	210120180121700000	Icesp	3º subsolo - Cabine Primária
17	Estabilizador	CM Comandos	75 KVA	62214	Icesp	4º Subsolo - Sala 32
18	Retificador	Tectrol	125V CC/35	77279-A	Icesp	Cabine do 3º SS
19	Retificador	Tectrol	125V CC/35	77279-B	Icesp	Cabine do 3º SS
20	Retificador Duplex	Tectrol	125V CC/35	77278-A	Icesp	Entrada ENEL
21	No-break	CM COMANDOS	40 KVA	192417	Osasco	1º Subsolo - AL 7
22	No-Break	CM COMANDOS	20 KVA	67917	ITACI	Cargas críticas

8. MANUTENÇÃO PREVENTIVA TRIMESTRAL

A manutenção preventiva deverá ser executada com periodicidade trimestral, totalizando 04 (quatro) intervenções anuais por equipamento.

Cada preventiva deverá contemplar, no mínimo, as seguintes atividades:

8.1. Nobreaks e estabilizadores

- a) abertura técnica do equipamento;
- b) inspeção visual interna e externa;
- c) limpeza técnica geral;
- d) limpeza de placas e componentes eletrônicos;
- e) verificação de ventiladores, exaustores, filtros, dissipadores e sistema de ventilação;
- f) verificação de fusíveis, disjuntores, contadores, relés, barramentos, bornes e interligações;
- g) reaperto geral das conexões elétricas;
- h) inspeção de capacitores, filtros, SCRs, TCs, TPs, módulos eletrônicos e componentes de potência;
- i) verificação de ruídos, vibrações, odor anormal, aquecimento e sinais de degradação;
- j) levantamento e registro dos parâmetros operacionais;
- k) medição de tensão, corrente, frequência e distribuição de carga;
- l) verificação funcional de sinalizações, alarmes, monitoração e indicações locais;
- m) verificação funcional do retificador, carregador, inversor, chave estática, bypass manual e circuitos de transferência;
- n) teste funcional do sistema, com simulação operacional autorizada pela CONTRATANTE;
- o) verificação da estabilidade da saída e do comportamento do equipamento sob condição normal de operação.

8.2. Bancos de baterias

- a) inspeção visual do banco de baterias;
- b) inspeção das interligações, cabos, conectores e terminais;
- c) reaperto das conexões;
- d) leitura da tensão total do banco;
- e) leitura da tensão individual de blocos, elementos ou monoblocos;
- f) verificação da corrente de carga;
- g) verificação de corrosão, sulfatação, oxidação, vazamento, trinca, deformação, estufamento ou qualquer indício de falha;
- h) limpeza do banco, gabinete, estante e bornes;
- i) avaliação da uniformidade elétrica do banco;
- j) registro técnico da condição do banco e de sua expectativa operacional.

8.3. Retificadores

- a) inspeção visual completa;
- b) limpeza técnica;
- c) verificação das tensões de entrada e saída;
- d) verificação da tensão de flutuação e carga;
- e) verificação da corrente de saída;
- f) verificação dos módulos retificadores;
- g) verificação de alarmes, sinalizações e redundância do sistema duplex;
- h) verificação da integridade dos circuitos de corrente contínua e alimentação associada.

8.4. Avaliação anual do banco de baterias

Em uma das manutenções preventivas anuais, a CONTRATADA deverá executar avaliação detalhada do banco de baterias com instrumento analisador dedicado, com emissão de relatório técnico específico contendo diagnóstico do estado do banco, comparação entre elementos, tendência de degradação e recomendação de substituição, quando necessária.

9. MANUTENÇÃO CORRETIVA

A manutenção corretiva compreende a localização de falhas, diagnóstico, ajuste, recomposição funcional, reparo e restabelecimento das condições adequadas de operação dos equipamentos abrangidos por esta especificação.

A necessidade de manutenção corretiva poderá ser identificada pela CONTRATANTE ou pela CONTRATADA.

As corretivas deverão ser classificadas como:

corretiva eventual, quando a falha não provocar indisponibilidade imediata, mas exigir intervenção técnica para evitar degradação ou recorrência;

b) corretiva emergencial, quando a falha afetar ou colocar em risco a operação do equipamento, a alimentação da carga atendida ou a segurança do sistema.

Sempre que houver necessidade de corretiva, a CONTRATADA deverá emitir diagnóstico técnico contendo:

- a) identificação do equipamento;
- b) descrição detalhada da falha;
- c) causa provável;
- d) impacto operacional;

- e) intervenção recomendada;
- f) estimativa de homem-hora;
- g) relação detalhada de peças, componentes ou baterias necessárias ao reparo, com especificação técnica completa.

10. ATENDIMENTO EMERGENCIAL

A CONTRATADA deverá manter plantão técnico de atendimento emergencial em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive sábados, domingos e feriados.

O atendimento emergencial deverá ser realizado por profissional qualificado, com ferramental e instrumentos adequados ao tipo de equipamento instalado.

Os prazos máximos de atendimento serão:

- a) até 03 (três) horas em horário comercial, das 05h00 às 21h00;
- b) até 04 (quatro) horas fora do horário comercial, inclusive sábados, domingos e feriados.

Após o atendimento inicial, a CONTRATADA deverá apresentar diagnóstico preliminar e, quando necessário, planejamento técnico da intervenção corretiva.

11. FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS

Não integra este escopo o fornecimento de peças, módulos, placas eletrônicas, ventiladores, fusíveis, disjuntores, contadores, componentes de potência, retificadores, inversores, interfaces, acessórios, cabos especiais, baterias ou quaisquer outros itens de reposição.

Todo item de substituição necessário à corretiva deverá ser fornecido pela CONTRATANTE.

Integram este escopo apenas os materiais de consumo ordinário necessários à execução dos serviços, tais como materiais de limpeza técnica, etiquetas, abraçadeiras, pequenos elementos de fixação e insumos de baixo valor agregado.

12. SUBSTITUIÇÃO DE BATERIAS

A mão de obra para substituição de baterias, blocos, monoblocos, elementos e acessórios diretamente vinculados ao banco de baterias está compreendida neste escopo, desde que os materiais sejam fornecidos pela CONTRATANTE.

Caberá à CONTRATADA:

- a) desligamento seguro do sistema, em conformidade com a janela autorizada;
- b) retirada técnica das baterias existentes;
- c) inspeção do gabinete, estante, bandejamento e interligações;

- d) instalação das novas baterias fornecidas pela CONTRATANTE;
- e) reaperto das conexões;
- f) recomposição do banco;
- g) testes elétricos de retorno à operação;
- h) emissão de relatório técnico específico da substituição executada.

As baterias removidas deverão ser segregadas e disponibilizadas à CONTRATANTE no local por ela indicado.

13. RELATÓRIOS TÉCNICOS

A CONTRATADA deverá emitir os relatórios técnicos em até 72 (setenta e duas) horas após a conclusão de cada intervenção.

Os relatórios deverão ser individualizados por equipamento e por tipo de atividade executada.

12.4. Relatório de manutenção preventiva

Deverá conter, no mínimo:

- a) identificação do equipamento;
- b) local de instalação;
- c) data da intervenção;
- d) equipe executante;
- e) atividades realizadas;
- f) medições obtidas;
- g) condição geral do equipamento;
- h) alarmes e eventos identificados;
- i) anomalias encontradas;
- j) recomendações técnicas.

12.5. Relatório de manutenção corretiva

Deverá conter, no mínimo:

- a) número ou referência do chamado;
- b) data e hora do acionamento;
- c) data e hora do atendimento;
- d) descrição da falha;
- e) diagnóstico técnico;
- f) ação executada;
- g) condição final do equipamento;

- h) materiais pendentes de fornecimento pela CONTRATANTE;
- i) recomendação complementar.

12.6. Relatório de avaliação do banco de baterias

Deverá conter, no mínimo:

- a) identificação do banco;
- b) tensão total;
- c) tensões individuais;
- d) condição dos elementos;
- e) tendência de degradação;
- f) recomendação técnica;
- g) previsão de substituição, quando necessária.

12.7. Relatório de substituição de baterias

Deverá conter, no mínimo:

- a) identificação do equipamento;
- b) identificação do banco de baterias;
- c) data da substituição;
- d) quantidade de baterias substituídas;
- e) especificação das baterias instaladas;
- f) medições realizadas após a substituição;
- g) condição final de operação.

14. HISTÓRICO DE TROCA DE BATERIAS

A CONTRATADA deverá manter histórico atualizado de troca de baterias por equipamento, de forma individualizada, durante toda a vigência contratual.

Esse histórico deverá conter, no mínimo:

- a) identificação do equipamento;
- b) localização;
- c) data da substituição;
- d) quantidade de baterias substituídas;
- e) especificação técnica das baterias removidas e instaladas;
- f) fabricante e modelo, quando informados pela CONTRATANTE;
- g) tensão e capacidade nominal;
- h) motivo da substituição;
- i) medições registradas antes e após a intervenção;

- j) nome do técnico executor;
- k) parecer técnico sobre a condição do banco.

O histórico deverá ser disponibilizado à CONTRATANTE nos relatórios de preventiva trimestral.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Caberá a CONTRATADA prover equipe adequada e treinada, bem como todo ferramental, instrumentação e equipamentos de apoio para o cumprimento global do escopo do serviço.
- b) Todos os materiais a serem fornecidos e aplicados pela CONTRATADA para cumprimento do objeto contratual deverão ser novos e de boa qualidade. Não haverá aproveitamento de materiais da instalação existente.
- c) Caberá a CONTRATADA o fornecimento integral de todos os materiais de aplicação e consumíveis, necessário ao cumprimento do escopo contratual.
- d) Caberá a CONTRATADA prover todo o ferramental e equipamentos de apoio necessários para o bom desenvolvimento dos trabalhos.
- e) Caberá a CONTRATADA manter a organização e a limpeza diária das frente de trabalho com equipe específica e recolher todo o resíduo ou entulho, proveniente da realização de seus serviços. Não será tolerado o encerramento das atividades sem a conclusão desta tarefa. A falta de atendimento de limpeza diária das frentes de trabalho, implicará na execução da limpeza pela equipe da CONTRATANTE, cujo custo será abatido em medição da CONTRATADA que não poderá esta rejeitar o desconto. A comunicação da penalidade ocorrerá por e-mail.
- f) As frentes de trabalho, devem estar sempre muito bem isoladas e sinalizadas adequadamente, com as devidas indicações e orientações a fim de evitar acidentes e impedir que qualquer outro colaborador, paciente ou acompanhante, adentre à uma “área de risco eminente”.
- g) Caberá a CONTRATADA designar representante para o relacionamento com a CONTRATANTE com conhecimento específico e comprovada qualificação.
- h) Retirar a qualquer momento funcionários com comportamento inadequado, sem que haja ônus adicional a CONTRATANTE, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, visando o bom andamento dos serviços.
- i) Caberá a CONTRATADA execução do “as-built” do serviço executado e entrega à CONTRATANTE.
- j) Apresentar em até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, referente ao objeto do contrato.
- k) Não subcontratar, no total ou em parte, os serviços objetos do presente, sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

- l) Obedecer às normas de segurança e higiene do trabalho, legislação ambiental, legislação e obrigações fiscais (estaduais, municipais e federais) em vigor, apresentando documentação comprobatória, quando solicitada pela área gestora.
- m) Caberá a CONTRATADA o fornecimento e reposição de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPCs, observando a obrigatoriedade de seus Certificados de Aprovação (CA) junto aos órgãos competentes e os seus prazos de validade e estado de conservação.
- n) Caberá a CONTRATADA o atendimento integral da legislação vigente, normas técnicas nacionais e internacionais, normas e recomendações dos órgãos regulatórios, tais como: ANVISA, COVISA, CETESB, IBAMA, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho, Conselhos de Classe, entre outros, pertinentes as atividades exercidas no cumprimento do escopo contratual desta especificação técnica.
- o) Os funcionários da CONTRATADA deverão se apresentar devidamente uniformizados, utilizar crachá personalizado e portar equipamentos de proteção individual, de modo a assegurar ao trabalhador o mínimo de risco de acidentes, atendendo à Norma NR-18 e NR-10.
- p) Garantir aos seus funcionários: Fornecimento dos benefícios acordados pela categoria e/ou previstos na legislação e o pagamento de todos os encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de acidente do trabalho, não cabendo nenhuma responsabilidade a CONTRATANTE por tais encargos.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Caberá à CONTRATANTE:

disponibilizar acesso às áreas e aos equipamentos, conforme seus procedimentos internos;

- b) aprovar previamente as janelas de intervenção;
- c) fornecer as peças, componentes e baterias não incluídos neste escopo;
- d) autorizar formalmente testes críticos, alterações de configuração e intervenções com parada operacional;
- e) acompanhar, fiscalizar e aprovar os serviços executados.

17. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

O Acordo de Nível de Serviço deverá considerar, no mínimo:

- a) cumprimento de 100% das manutenções preventivas trimestrais programadas;
- b) atendimento aos chamados emergenciais dentro dos prazos estabelecidos;
- c) emissão dos relatórios técnicos no prazo contratual;
- d) rastreabilidade das anomalias identificadas;
- e) manutenção do histórico de troca de baterias atualizado;

f) qualidade técnica dos diagnósticos e recomendações emitidos.

18. PENALIDADES

A CONTRATADA estará sujeita à aplicação de penalidades em caso de descumprimento das exigências estabelecidas nesta especificação técnica, dos prazos de atendimento, da qualidade dos serviços prestados, da rastreabilidade documental, da não apresentação dos relatórios obrigatórios, do uso de instrumentos sem calibração válida, da não comprovação da estrutura de plantão 24 horas ou da realização de intervenções sem autorização da CONTRATANTE

Item	Infração	Incidência	Percentual referente ao custo mensal do contrato
1	Não entregar documentos e laudos no prazo estabelecido sem apresentar justificativa.	Por documento	1%
2	Fornecer informações falsas em relação à prestação dos serviços.	Por Ocorrência	3%
3	Não cumprir as normas de segurança e saúde no trabalho estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego	Por Ocorrência	2%
4	Não cumprir as normas do SCHI	Por Ocorrência	10 %
5	Não realizar manutenção no prazo estabelecido, sem apresentar justificativa.	Por Ocorrência	4%
6	Não realizar manutenção para a solução de problema que cause a indisponibilidade ou inoperabilidade do equipamento sem apresentar justificativa.	Por Ocorrência	5%
7	Não atender o chamado emergencial dentro do tempo estimado.	Por Ocorrência	5%

Caso CONTRATADA seja notificada mais três vezes sobre as infrações acima, o contrato de manutenção será interrompido caso o CONTRATANTE assim desejar, sem aviso prévio e sem ônus para ICESP.

19. PROPOSTA TÉCNICA

A proposta técnica deverá conter, no mínimo:

- a) descritivo detalhado da metodologia de manutenção;
- b) composição da equipe técnica;
- d) relação dos instrumentos e recursos técnicos utilizados;
- e) modelo dos relatórios técnicos;
- f) comprovação de capacitação para manutenção de nobreaks, estabilizadores, retificadores e bancos de baterias;
- g) declaração expressa de atendimento ao escopo sem fornecimento de peças;
- h) declaração expressa de atendimento à mão de obra para substituição de baterias fornecidas pela CONTRATANTE.

20. PROPOSTA COMERCIAL

A proposta comercial deverá ser apresentada de forma individualizada por equipamento, permitindo a correta gestão contratual de inclusões, exclusões, desativações, substituições ou remanejamentos.

Os valores deverão contemplar toda a mão de obra preventiva e corretiva, plantão 24 horas, deslocamentos, instrumentos, relatórios, registros técnicos, histórico de troca de baterias, ART e demais custos ordinários necessários à execução integral do escopo.

Não será aceita cobrança adicional por atividades rotineiras de manutenção preventiva, atendimento emergencial, diagnóstico técnico, emissão de relatórios ou substituição de baterias fornecidas pela CONTRATANTE.

21. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

A CONTRATADA deverá apresentar ART em até 5 dias do responsável técnico pelos serviços executados.

Sempre que solicitado, deverão ser apresentados certificados de calibração dos instrumentos utilizados na execução dos serviços.

22. REQUISITOS / NORMAS

- a) ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- b) ABNT NBR 13534 – Instalações elétricas em estabelecimentos assistenciais de saúde;
- c) NR-10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade;

- d) IEC 62040 (série) – Sistemas de alimentação ininterrupta (UPS), abrangendo requisitos de segurança, compatibilidade eletromagnética, desempenho e ensaios;
- e) IEC 62485 (série) – Segurança aplicável a baterias secundárias e instalações de baterias estacionárias;
- f) IEC 60896 (série), quando aplicável ao tipo de bateria instalada;
- g) RDC ANVISA nº 50/2002, no que couber ao ambiente hospitalar;
- h) demais normas ABNT, IEC, manuais dos fabricantes e procedimentos internos aplicáveis ao escopo.

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
COMPRA REGULAMENTO FFM 3530/2026
PROCESSO DE COMPRA FFM RS Nº 2282/2026

Razão social completa:
CNPJ nº:
Endereço completo:
Inscrição Estadual nº:
Inscrição Municipal nº:
Telefone e e-mail do responsável:

OBJETO:

Nº	Equipamento	Fabricante	Potência	Série	Unidade	Local	valor unitário
1	No-break	Delta	10 KVA	AIH16700854WL	Icesp	Sala Emergência CAIO	R\$
2	No-break	CM Comandos	10 KVA	79773	Icesp	Sala 32 - 4º Subsolo	R\$
3	No-break	CM Comandos	30 KVA	127133	Icesp	3º Subsolo - Porta 61	R\$
4	Estabilizador	CM Comandos	100 KVA	59365	Icesp	Tomografia - 1º Andar	R\$
5	Estabilizador	CM Comandos	100 KVA	59363	Icesp	Tomografia - 1º Andar	R\$
6	Estabilizador	ZAEL	130 KVA	1473	Icesp	14º Andar - Centro Cirurgico	R\$
7	Estabilizador	CM Comandos	112,50 KVA	51475	Icesp	4º Subsolo - Sala 23	R\$
8	No-break	CM Comandos	5 KVA	188258	Icesp	14º Andar - Centro Cirurgico	R\$
9	Estabilizador	CM Comandos	225 KVA	59366	Icesp	Tomografia - 1º Andar	R\$
10	Estabilizador	CM Comandos	40 KVA	60826	Icesp	4º Subsolo - AL 3 - Porta 5	R\$
11	Estabilizador	CM Comandos	40 KVA	60888	Icesp	4º Subsolo - AL 4	R\$
12	Estabilizador	CM Comandos	40 KVA	60796	Icesp	4º Subsolo - AL 2	R\$
13	Estabilizador	CM Comandos	40 KVA	60825	Icesp	4º Subsolo - AL 5	R\$
14	Estabilizador	CM Comandos	40 KVA	60797	Icesp	4º Subsolo - AL 1	R\$
15	Estabilizador	CM Comandos	40 KVA	60889	Icesp	4º Subsolo - AL 6	R\$
16	No-break	Liebert	20 KVA	210120180121700000	Icesp	3º subsolo - Cabine Primária	R\$
17	Estabilizador	CM Comandos	75 KVA	62214	Icesp	4º Subsolo - Sala 32	R\$
18	Retificador	Tectrol	125V CC/35	77279-A	Icesp	Cabine do 3º SS	R\$
19	Retificador	Tectrol	125V CC/35	77279-B	Icesp	Cabine do 3º SS	R\$
20	Retificador Duplex	Tectrol	125V CC/35	77278-A	Icesp	Entrada ENEL	R\$
21	No-break	CM COMANDOS	40 KVA	192417	Osasco	1º Subsolo - AL 7	R\$
22	No-Break	CM COMANDOS	20 KVA	67917	ITACI	Cargas críticas	R\$
Valor total 12 (doze) meses							R\$

Valor: global/mensal por extenso: [preencher]

Prazo de validade da proposta: [preencher] dias (mínimo de 60 (sessenta) dias)

DECLARO: Nos preços propostos estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados ao fornecimento do objeto da presente cotação, tais como

tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto, inclusive gastos com transporte, sem ônus adicional;

DECLARO: a proponente está de acordo com as condições da contratação.

Local e data

Representante da Proponente
CPF do representante

ANEXO III
DECLARAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, E DA INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Eu (nome completo), portador do RG nº XXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXX, representante legal da empresa (razão social), inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXX, interessado em participar da compra em referência da Fundação Faculdade de Medicina – FFM:

- I. Declaro que estou de acordo com o conteúdo do Edital e do Memorial Descritivo/Termo de Referência, bem como toda a documentação técnica anexa ao Edital;
- II. Declaro que inexistente suspensão ou impedimento para a Proponente licitar ou contratar com a Administração Pública, ou declaração de inidoneidade;
- III. Declaro que a interessada detém regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, e regularidade trabalhista, que se encontra regular perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e que não possui qualquer registro de processos de falência ou recuperação judicial e extrajudicial;
- IV. Declaro para fins de cumprimento ao disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- V. Declaro que a Proponente não possui, em seu quadro societário, agentes políticos, membros do Ministério Público na ativa ou dirigente de órgão ou entidade da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o terceiro grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;
- VI. Declaro que a Proponente não possui, em seu quadro societário, ocupantes de cargo em comissão no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP) ou Dirigentes da FFM, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o terceiro grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;
- VII. Declaro que a Proponente não possui entre seus sócios, cônjuges, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, dos Dirigentes da FFM.
- VIII. Declaro que a Proponente não possui, em seu quadro societário ou quadro de empregados, funcionário ativo na Fundação Faculdade de Medicina (FFM) e/ou com o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP);
- IX. Declaro que nenhum dos sócios da Proponente manteve vínculo empregatício com Fundação Faculdade de Medicina – FFM nos últimos 18 (dezoito) meses anteriores à contratação que pretende seja efetivada. (artigo 5º-C da Lei 6.019/74);
- X. Declaro que não utilizaremos, na prestação de serviços, empregado que tenha sido desligado pela Fundação Faculdade de Medicina nos últimos 18 (dezoito) meses (artigo 5º-D da Lei 6.019/74);
- XI. Declaro que ocorrendo qualquer alteração com relação ao acima declarado, desde as negociações até eventual assunção e cumprimento de obrigações contratuais, comprometemo-nos a informar à FFM por escrito, sob pena de responder civil e criminalmente.

Validade: 31/12/2026

Local e data

Representante da Proponente
CPF do representante

ANEXO IV
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
COMPRA REGULAMENTO FFM 3530/2026
PROCESSO DE COMPRA FFM RS Nº 2282/2026

TERMO DE CONTRATO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Pelo presente instrumento particular, de um lado, a **FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA**, entidade de direito privado sem fins lucrativos, devidamente inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o n.º 56.577.059/ [Clique aqui para digitar texto](#), inscrita na Fazenda Estadual sob o n.º [Clique aqui para digitar texto](#), sediada na [Clique aqui para digitar texto](#), cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma de seu estatuto social ou por seus procuradores, daqui por diante denominada **CONTRATANTE** de outro lado, a [XXXXXXXXXXXXXX](#), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º [XXXXXXXXXXXXXX](#), com sede na [XXXXXXXXXXXXXX](#), neste ato representada na forma de seu contrato social ou por seus procuradores, doravante designada **CONTRATADA**, em face da [concorrência / dispensa / inexigibilidade](#) realizada com base no Regulamento de Compras e Contratações da FFM, celebram o presente **TERMO DE CONTRATO**, mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços [Clique aqui para digitar texto](#) para o [Clique aqui para digitar texto](#) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - HCFMUSP, localizado na [Clique aqui para digitar texto](#), conforme especificações técnicas constantes no edital nº ou dispensa/inexigibilidade nº XXXXX.

Parágrafo Primeiro: O presente contrato é celebrado com fundamento no [processo de inexigibilidade/dispensa XXXX/202X-XX](#), efetivado pelo Departamento de Suprimentos e operações FFM, que obteve todas as aprovações necessárias. São partes integrantes e indissociáveis deste termo de contrato como se nele estivessem transcritos:

- a) Anexo I – Justificativa Técnica ou Edital de Compra Regulamento FFM [xxx/2025](#) e anexos
- b) Anexo II – Proposta Comercial.

OU

Parágrafo Primeiro: São partes integrantes e indissociáveis deste termo de contrato, como se nele estivessem transcritos:

- a) Anexo I – Edital de Compra Regulamento FFM [Clique aqui para digitar texto](#) e anexos;
- b) Anexo II – Proposta Comercial.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATANTE** exercerá a fiscalização dos **serviços** contratados por intermédio do gestor do contrato **Departamento de xxxxxxxxxxxx** de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações ajustadas.

Parágrafo Terceiro: A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da **CONTRATADA**, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos **serviços**, inclusive quando resultantes de utilização de pessoal inadequado ou sem a qualificação técnica necessária, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, referente a irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato e no **Anexo I**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato e da execução dos serviços ora contratados é de **Clique aqui para digitar texto**, a contar **Clique aqui para digitar texto**., podendo ser renovado somente com expressa autorização da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O valor **total** pactuado para a execução dos serviços ora contratados será de R\$ **Clique aqui para digitar texto**, sendo o valor mensal de R\$ xxxxx (xxxxxxxx reais), nos termos da Proposta Comercial - Anexo II, apresentada pela **CONTRATADA** e aprovada pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor pactuado na Cláusula Terceira deste instrumento será efetuado em até **Clique aqui para digitar texto** dias do recebimento da Nota Fiscal/Fatura subsequente à prestação dos serviços, devidamente aprovado pela **área requisitante**.

Parágrafo Primeiro: A Nota Fiscal deverá conter a descrição dos serviços prestados, após a avaliação de qualidade dos serviços, e ter sido aprovada pela **área técnica requisitante**, em conformidade com as disposições do Anexo I. Em caso de incorreções, a Nota Fiscal será devolvida, sem caracterização de mora, reiniciando-se a contagem dos prazos previstos.

Parágrafo Segundo: Os pagamentos serão feitos mediante depósito na conta corrente indicada pela empresa **CONTRATADA**.

Parágrafo Terceiro: Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 1,0% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Parágrafo Quarto: Todas as despesas, diretas ou indiretas, necessárias à consecução e realização do objeto descrito na Cláusula Primeira, já estão inclusas no preço descrito na Cláusula Terceira, inclusive:

- a) Todos os tributos diretos e indiretos, taxas, multas, emolumentos, seguros, lucros, indenizações de qualquer natureza, transporte de pessoas, máquinas e equipamentos, fornecimento de ferramentas e instrumentos de trabalho, alimentação e outros benefícios deferidos aos empregados da **CONTRATADA** da respectiva categoria, contribuições e encargos;
- b) Todas as exigências de leis sociais, descanso remunerado, férias, seguro contra acidente de trabalho, indenizações, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de incêndio e responsabilidade civil.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

O valor da prestação dos serviços poderá sofrer reajuste anual, com base na variação do índice acumulado [Clique aqui para digitar texto](#), ocorrida no período, ou por qualquer outro índice que venha a lhe substituir.

Parágrafo Único: É vedado o reajuste do contrato com periodicidade inferior a 01 (um) ano.

OU

O valor do contrato é irreajustável.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGACÕES DA CONTRATANTE

Além das demais obrigações previstas neste Contrato, constituem deveres da **CONTRATANTE**:

- a) Pagar à **CONTRATADA** o valor conforme estabelecido na Cláusula Terceira e nos prazos estabelecidos na Cláusula Quarta;
- b) Prestar à **CONTRATADA** os esclarecimentos e informes que se fizerem necessários à execução dos serviços.
- c) Indicar gestor do contrato responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato e, ainda, pelos contatos com a **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGACÕES DA CONTRATADA

À **CONTRATADA**, além das obrigações constantes no **Anexo I** indicado no preâmbulo, e daquelas estabelecidas em lei, cabe:

- I. Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;
- II. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos

com o CONTRATANTE;

- III. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos da legislação vigente;
- IV. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação indicada no preâmbulo deste termo;
- V. Dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato;
- VI. Prestar ao CONTRATANTE, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre a execução do contrato;
- VII. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato;
- VIII. Manter seus empregados identificados por meio de crachás, com fotografia recente;
- IX. Prestar a garantia para o objeto deste contrato, nos termos do Anexo I;
- X. Obedecer às normas e rotinas do CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

A **CONTRATANTE** exercerá, diretamente ou por intermédio de outras pessoas físicas ou jurídicas que vier a indicar à **CONTRATADA**, a fiscalização da execução dos serviços, obrigando-se a **CONTRATADA** a fornecer todas as informações e prestar todos os esclarecimentos solicitados.

Parágrafo Primeiro: Nenhum serviço adicional ou extracontratual poderá ser executado pela **CONTRATADA** sem que tenha ela recebido autorização formal e por escrito da **CONTRATANTE**, através de uma Ordem de Serviço ou aprovação nas cotações de preços, obrigando-se ambas as Partes a formalizarem o respectivo aditamento contratual.

Parágrafo Segundo: A fiscalização exercida pela **CONTRATANTE** não eximirá a **CONTRATADA** de suas responsabilidades por eventuais erros, falhas ou omissões decorrentes da execução dos serviços que se constituem ao objeto deste contrato.

CLÁUSULA NONA – DA TOLERÂNCIA

A tolerância ou inobservância, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas e condições desse contrato e seu anexo, não importará, de forma alguma, alteração contratual ou novação, podendo as partes, a qualquer tempo, exercer os seus direitos oriundos do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CESSÃO DE DIREITOS

A presente avença é celebrada em caráter intransferível e irrevogável, obrigando as partes e seus sucessores, sendo vedada a transmissão parcial ou total dos direitos contratuais sem anuência escrita da outra parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á pela execução integral do objeto contratado, não podendo, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**, subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste ajuste.

Parágrafo Único: Em caso de subcontratação, devidamente justificada e aceita pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** permanecerá responsável legal e contratualmente pelas obrigações que decorrem do objeto deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** assumirá total e completa responsabilidade perante a **CONTRATANTE**, seus empregados e/ou prepostos e perante terceiros, por todo e qualquer dano direto ou indireto causado em decorrência do presente contrato e/ou dos serviços prestados, decorrentes de culpa ou dolo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

No caso de descumprimento contratual, por ação ou omissão, a **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes penalidades, de forma isolada ou cumulativamente:

- I. Advertência;
- II. Multa correspondente até 30% (trinta por cento) do valor do contrato, escalonada de acordo com a gravidade da infração e nível de reiteração da conduta, observado o prévio contraditório; e
- III. Suspensão temporária de participar em processos de contratação da FFM, por prazo de 1 (um) a 3 (três) anos.

Parágrafo Primeiro: Além das sanções, a **CONTRATANTE** poderá rescindir o contrato.

Parágrafo Segundo: O valor das multas poderá ser cobrado por meio de compensação com os valores vincendos e não pagos, até a sua integral satisfação, sem prejuízo de cobrança judicial.

Parágrafo Terceiro: As multas não têm caráter compensatório e poderão ser aplicadas cumulativamente com a rescisão do contrato, sendo que a cobrança não isentará a **CONTRATADA** da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos, inclusive causados a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO

O contrato poderá ser rescindido, ainda, independentemente de qualquer aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) Liquidação, falência ou recuperação judicial da **CONTRATADA**;
- b) Incorporação ou fusão da **CONTRATADA** com outra empresa, sem prévia e expressa concordância por escrito da **CONTRATANTE**.
- c) O atraso injustificado ou a paralisação da prestação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
- d) Incapacidade técnica, inidoneidade ou má-fé da **CONTRATADA**;
- e) Incapacidade econômica, assim entendida a existência de passivo comercial, trabalhista, previdenciário e/ou fiscal, sem garantia ou cobertura por meio de seguro de responsabilidade;

Parágrafo Único: Para ambas as partes, é facultado extinguir o presente contrato unilateralmente, sem aplicação das penalidades previstas nesse instrumento, desde que notificada a outra parte com 60 (sessenta) dias de antecedência, período em que todas as obrigações assumidas deverão ser cumpridas por ambas as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA AUSÊNCIA DE VINCULAÇÃO

As partes reconhecem e declaram que este contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia, associativa ou societária entre elas, seus empregados, prepostos ou prestadores de serviços, direta ou indiretamente envolvidos na consecução do seu objeto, cabendo individualmente a cada uma das partes remunerá-los e cumprir com todas as obrigações, contribuições e benefícios da previdência social e outros decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, social ou qualquer outra relacionada à relação de emprego ou de trabalho, isentando-se as partes, mutuamente, de toda e qualquer responsabilidade nesse sentido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA NÃO EXCLUSIVIDADE

Fica estabelecido entre as partes que os serviços contratados, objeto do presente instrumento, serão executados pela **CONTRATADA**, sob sua inteira responsabilidade e autonomia, não gerando, portanto, qualquer vínculo de exclusividade da **CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

Cada uma das partes se compromete a manter absoluto sigilo no tocante às informações, dados e documentos que vier a receber uma da outra ou por outra forma vier a tomar conhecimento em virtude do presente Contrato.

Parágrafo Primeiro: A **CONTRATADA** concorda em promover a proteção adequada às Informações Confidenciais divulgadas pela **CONTRATANTE**, bem como disciplinar a forma pela qual elas deverão ser transmitidas aos sócios e funcionários da **CONTRATADA** que estejam de alguma forma envolvidos na execução do objeto do Contrato ("Pessoas Autorizadas"), sendo vedado à **CONTRATADA** utilizar as Informações Confidenciais para quaisquer outros fins que não aqueles relacionados ao Contrato.

Parágrafo Segundo: As Informações Confidenciais fornecidas só deverão ser divulgadas às Pessoas Autorizadas da **CONTRATADA** na estrita medida em que se fizer necessária tal divulgação, sendo certo que a **CONTRATADA** deve zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança cumpram as obrigações de confidencialidade, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento. Deve a **CONTRATADA**, caso assim instados, celebrar contratos aos sócios de forma abrangente o suficiente para possibilitar o cumprimento de todas as disposições neste Contrato.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA**, sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Contrato, comprometem-se por si e pelas respectivas Pessoas Autorizadas a:

- I. guardar e manter, sob estrita confidencialidade, todas as cópias, reproduções, sumários, análises ou comunicados referentes às Informações Confidenciais ou nelas baseados, devendo restituir ou destruir, a exclusivo critério da **CONTRATANTE**, todas Informações Confidenciais porventura em seu poder, caso solicitado;
- II. comunicar imediatamente mediante aviso de recebimento à **CONTRATANTE**, na hipótesede as Informações Confidenciais terem que ser divulgadas em razão de cumprimento de lei, determinação judicial ou de órgão competente fiscalizador das atividades desenvolvidas por qualquer das Partes, obrigando-se, desde já, a **CONTRATADA** somente revelar aquela parte das Informações Confidenciais expressamente requerida pela lei ou pela ordem judicial ou administrativa, comprometendo-se, ainda, a informar aquele que vier a receber tais Informações Confidenciais acerca da natureza confidencial de tais informações e da existência deste Contrato. No caso da revelação de Informações Confidenciais prevista neste item, a **CONTRATADA** não infringirá esta cláusula contanto que notifique a **CONTRATANTE** antes de tal revelação.

Parágrafo Quarto: Caso a **CONTRATADA** torne-se ciente do uso não autorizado, comunicação, publicação ou divulgação de Informações Confidenciais, ou qualquer tipo de violação ao disposto neste Contrato, deverá comunicá-lo imediatamente à **CONTRATANTE**, descrevendo as circunstâncias do acontecido, e ainda, cooperar com a **CONTRATANTE** de toda e qualquer maneira possível, se necessário judicialmente, a fim de compensar tal uso não autorizado, comunicação, publicação ou divulgação de Informações Confidenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

As Partes comprometem-se a cumprir integralmente as normas de proteção de dados aplicáveis, incluindo, mas não se limitando à Lei 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados – "LGPD").

Parágrafo Primeiro: As referências ao tratamento de dados pessoais regulamentado por este instrumento estão em conformidade com a Lei nº 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados (doravante “LGPD”) e qualquer outra legislação aplicável em relação à proteção de dados pessoais. Neste sentido, as PARTES avaliaram que são e atuam como controladores de dados independentes.

Parágrafo Segundo: As PARTES reconhecem a importância de que, apesar de agirem de forma independente, precisam garantir e se comprometerem a:

- a) Tratar os dados pessoais dos quais venham a ter ciência ou os que estiverem em sua posse durante a implementação deste contrato apenas para as operações e para os fins nele previstos; b) Limitar o período de armazenamento de dados pessoais à duração necessária para implementar este contrato e cumprir quaisquer obrigações legais;
- b) Adotar todas as medidas de segurança técnica e organizacionais adequadas, nos termos do art. 6.º, inciso VII e do art. 46 da LGPD, bem como qualquer outra medida preventiva baseada na experiência, a fim de impedir o tratamento de dados não permitido ou não compatível com a finalidade para a qual os dados são coletados e tratados;
- c) Adotar todas as medidas necessárias para garantir o exercício de direitos dos titulares dos dados previstos nos art. 17 ao 22 da LGPD;
- d) Fornecer as informações apropriadas sobre as atividades de tratamento de dados realizadas, bem como comunicar prontamente qualquer solicitação do titular de dados à outra Parte;
- e) Não divulgar dados pessoais tratados na execução deste contrato às pessoas que não sejam autorizadas a realizar operações de tratamento;
- f) Manter um registro, quando exigido por lei, das atividades de tratamento realizadas, em conformidade com o do art. 37 da LGPD;
- g) Comunicar, dentro de 24 (vinte e quatro) horas após tomar conhecimento do evento e sem demora injustificada, quaisquer violações de dados pessoais, bem como cooperar para a notificação à autoridade competente;
- h) Cada parte deverá ser responsável perante as outras partes pelos danos causados por qualquer violação desta cláusula. Cada parte deverá ser responsável perante os titulares de dados pelos danos causados por qualquer violação dos direitos de terceiros previstos nessas cláusulas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

A **CONTRATADA** deve observar e fazer observar o mais alto padrão de ética durante toda o procedimento credenciamento, de contratação e de execução do objeto contratual, cabendo-lhes a obrigação de afastar, reprimir e denunciar toda e qualquer prática que possa caracterizar fraude ou corrupção, em especial, dentre outras:

- a) prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) prática fraudulenta: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo de

- licitação ou de execução do contrato;
- c) prática colusiva: esquematizar ou estabelecer acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitante, visando a estabelecer preços em níveis artificiais e não- competitivos;
 - d) prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta o indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
 - e) prática obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de qualquer das práticas acima;
 - f) e praticar atos com a intenção de impedir materialmente o exercício do direito de inspeção para apuração de qualquer das práticas acima.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CLÁUSULA DE INTEGRIDADE

A **CONTRATADA** deverá ainda observar e fazer observar os mais altos padrões de integridade e transparência durante toda a execução do objeto contratual, dando fiel cumprimento "Código de Conduta Fundação Faculdade de Medicina" (<https://www.ffm.br/compliance/codigo-de-conduta>), comprometendo-se, dentre outras obrigações, a:

- a) Manter registros e documentos precisos, completos e acessíveis, garantindo que todas as operações, transações e informações relacionadas ao contrato sejam registradas de forma fidedigna, conforme as normas legais e os princípios da boa-fé;
- b) Abster-se de adotar práticas antiéticas, ilícitas ou que prejudiquem a concorrência leal ou qualquer outra forma de violação à integridade;
- c) Reportar prontamente à CONTRATANTE qualquer suspeita ou evidência de violação à presente cláusula ou às normas legais aplicáveis, por meio do canal de denúncias ou outro meio oficial indicado neste instrumento;
- d) Responder pelas consequências de violações desta cláusula, as quais incluem, sem prejuízo de outras sanções as regras estabelecidas no **Regulamento de Processos Administrativos Sancionatórios nas Contratações e Contratos da FFM**
- e) Cooperar integralmente com auditorias, inspeções e investigações realizadas pela CONTRATANTE ou por terceiros indicados por esta, mediante fornecimento de documentos, informações e acesso aos registros necessários, bem como com a disponibilização de pessoas para esclarecimentos e outras providências pertinentes;
- f) Garantir que todas as obrigações de integridade previstas neste instrumento sejam integralmente disseminadas e cumpridas por seus empregados, representantes, prepostos e subcontratados envolvidos na execução do objeto do contrato."

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, como competente para apreciar todas as questões decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA ASSINATURA

As Partes expressamente indicam e reconhecem que os signatários possuem plenos poderes para assinar em nome das Partes, assim como declaram que os nomes e e-mails correspondem aos respectivos signatários. Dessa forma, a assinatura deste instrumento, ainda que em plataforma digital, seja através de certificados eletrônicos ou não, será válida para todos os fins e efeitos de direito, nos termos do §2º, do art. 10, da Medida Provisória nº 2.200-2 de 24 de agosto de 2001, declarando, por fim, que será suficiente para a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste instrumento e a respectiva vinculação das Partes aos seus termos.

São Paulo, _____

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA CONTRATANTE

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX CONTRATADA

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

1) _____
Nome:
RG:

2) _____
Nome:
RG:

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

CONTRATADO: XXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): XXXX

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a XXXXXXXXXXXXX, para o (a) XXXXXXXXXXXXXXXX do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - HCFMUSP.

ADVOGADA (O): Guilherme Bueno de Camargo gbcamargo@ffm.br e juridico@ffm.br

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela **CONTRATANTE** estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 013.168.298-98

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: Dr. Felipe Neme de Souza

Cargo: Diretor de Gestão Corporativa

CPF: 302.313.578-93

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Prof. Dr. Tarcisio Eloy Pessoa De Barros Filho

Cargo: Vice-Diretor Presidente

CPF: 000.495.608-75

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA – CONTRATANTE

Nome: _____

Cargo: _____

Nome: _____

Cargo: _____

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX – CONTRATADA

Nome: _____

Cargo: _____

ANEXO V
ATESTADO DE VISITA TÉCNICA
COMPRA REGULAMENTO FFM 3530/2026
PROCESSO DE COMPRA FFM RS Nº 2282/2026

Atestamos que a empresa _____ vistoriou os locais onde será prestado os serviços da Compra Privado em referência, tomando conhecimento da natureza e vulto dos serviços, bem como de todas as condições locais que direta e indiretamente se relacionam com a execução dos trabalhos.

São Paulo, XX de XXXXXXXXX de 2026

Representante da área solicitante
Matrícula:

Representante da Proponente:
RG:
E-mail:
Fone:

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE OPÇÃO POR NÃO REALIZAR A VISITA TÉCNICA
COMPRA REGULAMENTO FFM 3530/2026
PROCESSO DE COMPRA FFM RS Nº 2282/2026

A empresa _____ DECLARA que possui pleno conhecimento do objeto da contratação e não realizou a visita técnica prevista no Edital, e que mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a referida visita que lhe havia sido facultada.

São Paulo, XX de XXXXXXXXX de 2026

Representante da Proponente

RG:

E-mail:

Fone:

ANEXO VII
FORMULÁRIO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS – COMPROMISSO COM A
SUSTENTABILIDADE
COMPRA REGULAMENTO FFM 3530/2026
PROCESSO DE COMPRA FFM RS Nº 2282/2026

O Instituto do Câncer do Estado de São Paulo – Octavio Frias de Oliveira (ICESP) é uma das unidades do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP), com atendimento exclusivo a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Inaugurado em maio de 2008, o ICESSP é administrado pela Organização Social de Saúde – Fundação Faculdade de Medicina.

A instituição é acreditada pela Joint Commission International (JCI), referência mundial em qualidade e segurança assistencial. Dentre os compromissos assumidos no âmbito dessa acreditação, destaca-se a responsabilidade institucional frente às mudanças climáticas e à adoção de práticas sustentáveis. O ICESSP reconhece o papel do setor da saúde na redução de impactos ambientais e no fortalecimento de cadeias de suprimento responsáveis, alinhando-se aos princípios orientados do Geneva Sustainability Centre.

Neste contexto, solicitamos às empresas proponentes o preenchimento deste formulário, com o objetivo de conhecer e avaliar o engajamento socioambiental dos nossos fornecedores.

1. Sua empresa adota alguma prática de sustentabilidade em suas operações, processos ou cadeia de suprimentos?
☐ Sim
☐ Não
2. Em caso afirmativo, assinale abaixo as práticas sustentáveis adotadas pela sua empresa:
☐ Gestão de resíduos
☐ Eficiência energética
☐ Uso racional da água
☐ Redução de emissão de carbono
☐ Compras sustentáveis / consumo consciente
☐ Logística sustentável
☐ Uso de materiais recicláveis ou biodegradáveis
☐ Responsabilidade social / projetos comunitários
☐ Educação ambiental ou treinamentos internos
☐ Certificação ou aderência a políticas ambientais reconhecidas
☐ Outros. Quais? _____

Detalhe as ações mencionadas:

3. Sua empresa possui certificação ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental)?
☐ Sim – Número do certificado: _____
☐ Não